

Resenha- O Brasil que o filósofo inventou

The Brazil the philosopher invented

El Brasil que inventó el filósofo

BARBOZA FILHO, Rubem. *Sinfonia barroca: o Brasil que o povo inventou*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2025.

Raul F. Magalhães ¹

Palavras-chave: interpretações do Brasil; pensamento social brasileiro; povo brasileiro

Keywords: *interpretations of Brazil; brazilian social thought; the brazilian people*

Palabras clave: *interpretaciones de Brasil; pensamiento social brasileño; el pueblo brasileño*

Ao começar esta resenha do livro de Rubem Barboza Filho, *Sinfonia Barroca o Brasil que o povo inventou* (Ateliê de Humanidades Editorial, 2025) quero invocar um lugar de fala necessário, pois faz trinta e cinco anos que acompanho a produção intelectual do autor, tendo a oportunidade e o privilégio não só de ler, mas também de conversar, discutir e ouvir suas exposições em auditórios. Digo isso sem reivindicar qualquer plano de compreensão superior do texto, mas antes para marcar a plausibilidade dos meus argumentos e interrogações a respeito da sua última grande produção. Isso posto, cabe-me na partida reafirmar dois elementos presentes no meu título: considero primeiramente que Rubem Barboza é antes de tudo um filósofo que, não obstante sua notável erudição em muitos campos das ciências sociais, da história e mesmo da sua considerável experiência em ciência política estrito senso, vem trabalhando nas últimas décadas com teorizações cuja matriz é uma original elaboração de filosofia política ampliada por teorias da linguagem que, devo acrescentar, tem um fundo hegeliano, afirmação que pode ser chamada de absurda, pois Hegel sequer consta na bibliografia do livro. O segundo elemento é a noção de *invenção*, que tanto no livro, quanto nesta resenha, tem seu sentido ligado à criação de um mundo possível instrumentalizado pela análise – o Brasil *inventado pelo povo* é uma ferramenta conceitual construtora de outro Brasil, este *inventado pelo filósofo* Rubem Barboza e, para quem gosta de regressões, o conceito serve da mesma forma à invenção do resenhista.

Passando ao texto, e às disposições que causou neste leitor, vou arguir a metáfora sinfônica como tradução de nossa experiência como sociedade. Ora, sugerir que o Brasil pode ser identificado com uma *sinfonia* nos leva inevitavelmente ao estranhamento com a realidade desarmônica, conflituosa e desigual do país. Não falo só da nossa brutal história e de seus descaminhos que dilaceram a experiência recente, sem merecer a analogia com uma forma musical grandiosa e estruturada pela harmonia. Vejo, a partir daqui, o filósofo

¹ Raul Francisco Magalhães é mestre e doutor em Ciência Política (UFMG, 1988 e IUPERJ, 2000) e professor de política do Departamento de Ciências Sociais da UFJF. Publicou 3 livros: *O que é imoralidade*, São Paulo: Brasiliense, 1991; *Crítica da Razão Ébria: reflexões sobre drogas e a ação imoral* São Paulo: Annablume, 1994; *Racionalidade e retórica - teoria discursiva da ação coletiva*, Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

que imagina uma sinfonia como uma virtualidade teórica, resultante maior de um processo composto pelo próprio *povo brasileiro*. Tal devir harmônico é um dos traços persistentes de Rubem Barboza: assim como em *Tradição e Artifício* (Editora da UFMG, 2000), onde o iberismo neotomista/barroco penetra inconscientemente a matéria brasilica e emerge conscientemente na criação das nossas ordens políticas constitucionais, desta vez o *geist* toma a forma de uma *linguagem barroca* como um programa profundo que tanto permite entender uma sociedade nova, quanto guiá-la ao entendimento de si. Foi assim que li o livro, convergi, aprendi e discordei dele, afinal, faço questão de dizer, não consigo postular, nem mesmo normativamente, qualquer resultante da sociedade brasileira que soe como uma sinfonia. Por outro lado, posso imaginar que a sinfonia de Rubem é seu próprio livro, texto apurado, bem escrito, caudaloso e cheio de ideias convidando a desenvolvimentos secundários e a polêmicas, curiosamente um tipo de sinfonia mais próximo do romantismo do que do barroco, se a conversa fosse sobre música.

Devo dizer que o argumento do livro é, na minha leitura, uma necessária revitalização do conceito de *ator coletivo* (o termo é estranho ao texto), uma vez que é a formação do *povo brasileiro* a verdadeira razão da nossa autonomia como sociedade, *i. e.*, do Brasil que está agora à mão. Esta operação, o povo que inventa seu país, revela o filósofo logo nos dois capítulos iniciais; afinal, como imaginar um povo capaz dessa construção a partir de *ausências*? Seja no vácuo de uma *língua comum*, de uma *religião comum*, de *elites*, enfim, na *ausência de uma sociedade*, que o povo brasileiro se forma juntamente com o Brasil. São essas faltas estruturantes, mesmo negando sua existência nas nossas origens, que vão se desdobrar em uma totalidade, que é seu exato contrário, a saber, uma sociedade autônoma. com língua, religião, elites... Pensar nosso princípio como potencialidades inscritas em ausências é possível apenas como um caminho *contrafactual*, *contra-histórico* (não obstante toda a história mobilizada ao longo do livro) para que a filosofia chegue à sua singular teoria do Brasil. Se alguém tomar os dois primeiros capítulos armado exclusivamente de conhecimentos históricos e sociológicos, vai certamente se atritar com a narração que nos oferece Rubem Barboza, e pode cair no erro infantil de imaginar que ele sabe menos história ou ciências sociais do que qualquer um dos eventuais críticos, pois, insisto, essa não-história do Brasil é um caminho que só certa teoria filosófica está autorizada a fazer. Raramente este é um passo comum nas ciências sociais e, com certeza, não o é em história. A teoria, neste caso, precisa primeiro suspender tais saberes para então reafirmá-los.

A dificuldade acima atormentou minha leitura pelos pressupostos que engendra. Afinal é relativamente fácil negar que sociedades na modernidade, ou antes dela, precisassem de *linguagens comuns* para se formarem. Quantas surgiram assim na experiência europeia, e além dela? Todas? Provavelmente. Por que isso então seria distintivo do Brasil? Caberia mesmo a pergunta contrária, que sociedade precisou de linguagem comum para se formar? É uma resposta empiricamente complicada; daí por que o Brasil, diferentemente, teria, nessa alegada ausência, um problema teórico? Não compreendi o texto antes de imaginar que Rubem Barboza precisava inventar tal falta para pensar o seu Brasil e ainda me pergunto se tal operação realmente “funcionou”, ou se foi um mero barroquismo estilístico. De qualquer forma, as outras ausências seguem a mesma lógica: a falta de uma religião comum é uma regra e não uma exceção nas formas sociais que chegaram ao Estado. Já a ausência de elites nas nossas origens é mais problemática se o que se quer dizer é que o povo mestiço não as tinha como referência. Trata-se de suprimir mentalmente, já no século XVI, a atuação dos clérigos, da administração portuguesa sobre o povo que se formava pela adesão forçada dos indígenas ao singular catolicismo que aqui se praticava e à introdução ininterrupta de africanos na composição do povo. Os fidalgos e capitães, experimentados nas lutas da África e da Índia, que aqui chegavam acasalando-se com as

filhas dos principais das aldeias, dando origem a famílias de pomposos sobrenomes católicos, não criaram uma elite mameluca que irá rasgar os sertões? Rubem nega aos proprietários de terra a condição de elites, talvez por exigir deles uma forma de vida só possível na Europa. A evidente diferenciação econômica dessa classe de sesmeiros da sociedade em volta e o monopólio português da distinção dada pelo controle da terra, uma concessão do próprio Rei, não o convence. Abro divergência: a copiosa produção de leis do reino para normatizar a colônia, as cartas com descrições da maravilhosa natureza, os debates teológicos *in loco* causados pela convivência com os índios e a projeção, ainda nos séculos XVI e XVII, dos futuros brasis como terra da *eudaimonia* são indicadores mais que claros de um povo que, por iletrado que fosse, compartilhava a terra com gente que me obriga a pensar como “elites”. Porém, volto a dizer, Rubem Barboza sabe disso tão bem, ou melhor do que qualquer um de nós, sua postulação dessas potentes ausências não é histórica, é analítica, embora não seja fácil separar as coisas assim. Um leitor ancorado em fatos históricos arrepiava com a sugestão de que o Portugal era na realidade nossa colônia, ainda que faça sentido no desenvolvimento interno do texto. Em novo desacordo, os argumentos de Rubem Barboza sobre a fabulosa dinâmica da economia local não alteram nenhum milímetro da persistente dominação política portuguesa, monopolizando cargos de comando locais e a vida intelectual. A *arkhé* contrafactual de Rubem Barboza, esse *no princípio era o nada*, assegurou a ele uma liberdade de pensamento em relação aos estados da arte do pensamento brasileiro, sem dúvida, mas apenas adiou o problema de explicar *quando* tais eloquentes nada deixaram de existir em favor de um todo.

A forma dos *nadas* virarem o Brasil é um movimento veloz, sem teorização adicional e ancorado na recuperação da história mais próxima do que conhecemos, embora o autor considere que ela não precise ser recontada, antes apenas enquadrada como manifestação de uma forma de ser, pensar e viver, que Rubem Barboza chama de *barroco*. Não pode haver controvérsia de que os europeus que aqui chegavam, e assim continuamente por mais dois séculos, possuíam mentalidades forjadas na época barroca e que a vida por aqui forçava grande diferenciação das suas fórmulas originais de pensamento. Acontece que esse barroco do colonizador, que escravizava indígenas e negros, vai se tornar o organizador da subjetividade do povo brasileiro. O povo iletrado e mestiço então se torna “barroco”, algo nada estranho à criação de subjetividades dominadas em todo o mundo, pois europeus impuseram seus esquemas de pensar e viver onde quer que puseram os pés. Nada estranho quanto ao fenômeno (um povo mestiço barroco), porém completamente contraditório com a premissa que anima o livro, uma vez que, se algo é nomeado “barroco”, vem antes de tudo como produto das ideias do colonizador, domesticando as linguagens autóctones desse mesmo povo que ainda se formava, passando a viver o mundo “barrocamente”. Note o eventual leitor desta resenha que postular a originalidade do nosso *geist* barroco, algo certamente possível na estética e na literatura, não afasta o núcleo do problema: um povo que se torna “barroco” só o faz pela submissão das suas linguagens originais, sua religiosidade e sua cultura a uma matriz do colonizador. Chamar mamelucos ou quilombolas de “barrocos” não os explica em seus termos, apenas os submete à exitosa linguagem do colonizador, o fato desse barroco tomar cores locais o diferencia da Europa sem romper com a matriz. Fizemos a nossa versão, na falta de uma história pregressa.

Ao revisitar o nosso principal mito fundador, a narração das três raças que se misturam, no capítulo 4, Rubem faz uma jornada das mais fascinantes de todo o livro, articulando saberes da antropologia e de teorias da linguagem, que ele tem já bem assimiladas devido às suas produções anteriores. O seu interessante mergulho no espaço mental e corporal dos “outros”, paradoxalmente torna mais claro o problema persistente

apontado acima, pois não é o perspectivismo ameríndio, ou as comunidades étnicas formadas por escravos que vão resultar no povo, afinal maiorias étnicas não dirigiram a colônia, quando muito criaram espaços paralelos de sociabilidade, pois a direção da língua portuguesa com seu catolicismo aparatoso torna-se o lado mais que visível da performance teatral que é o amálgama da vida brasileira. O Sérgio Buarque de Holanda da juventude, em *Raízes do Brasil*, parece muito importante para Rubem Barboza criar uma ponte entre os postulados “nadas” originais do Brasil e a sociedade deles resultante. Note-se, paradoxalmente, que no livro do jovem Buarque de Holanda a escravidão pouco mais é que um problema econômico, não chega a ser sequer uma das “raízes do Brasil” (o grande historiador assimilou as críticas e não pensou assim na maturidade).

Ainda sobre o mito mestiço, reificado nas páginas de Rubem Barboza, não posso deixar de estranhar a pequena interlocução, pelo menos para o meu entendimento, com Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, ambos criadores de teorias que estão no cerne do debate posto pela recriação que Barboza faz da ideia de *povo brasileiro*. A ‘ninguendade’, nascida do “povo sem ser” de Darcy Ribeiro, quer descrever um mestiço originalmente cindido na sua subjetividade, desprezado pelo pai branco e cheio de ódio pelos parentes índios da mãe, os quais vai impiedosamente escravizar. A despeito das afinidades com o debate, esse belo conceito é rapidamente desprezado por Rubem, sem ser enfrentado como uma questão teórica no âmago do povo brasileiro. Darcy Ribeiro, será recuperado bem à frente, na segunda parte do livro, no contexto do povo diante da república, mas nada que tenha centralidade. Quanto a Gilberto Freyre, o ponto é mais complexo. Rubem Barboza está completamente certo em alegar que a *família patriarcal* freyriana não é o núcleo no qual se assentou a primeira ocupação do território das minas que dariam origem ao único circuito urbano do interior do Brasil. O fato dinâmico é que isso é um mero momento de transição, posto que uma vez existentes as cidades, temos em Minas Gerais precisamente uma sociedade de patriarcas mandando na escravaria “católica”, ou não é assim? As cidades de Minas Gerais foram rapidamente ocupadas por não-paulistas, em distinção às catas de ouro em Cuiabá e de Goiás, que continuaram sob controle bandeirante e não renderam um conjunto de urbes. Daí o modelo de família em Minas Gerais nada teve de novo em relação à tradição. Assim Gilberto Freyre com sua família patriarcal capturou uma das matrizes do Brasil – onde quer que houvesse vida urbana, ela se forma ao molde português. Há boas razões teóricas para não pensar Gilberto Freyre como um autor meramente regionalista e de baixa universalização. Sou dos que consideram que falar cotidianamente em “casa grande e senzala” para lidar com o Brasil é atualizar uma das metáforas mais operativas da nossa cultura. Quem teria dificuldade em ver nas estatísticas de criminalidade urbana do Brasil a impunidade da casa grande vis-à-vis a superpunição dos descendentes da senzala? Se o barroco é uma linguagem da dualidade que atravessa séculos, este par freyriano é a metáfora mais barroca da nossa trágica desigualdade, que podemos expressar com outros pares, *Sobrados e Mucambos*, *Jazigo e Cova Rasa* (este infelizmente não escrito). Faço, a propósito, uma sentença de digressão: se a Gilberto Freyre é negada tal “redução sociológica”, por padecer de “culturalismo”, como frequentemente ele é enquadrado aqui no Brasil, então o que se poderia dizer da “linguagem barroca” de Rubem Barboza, fenômeno imaterial que unifica senhores e escravos, povo e nação? Note-se que as classes não são um problema, nem uma chave explicativa no livro. É possível ler suas 534 páginas (incluindo a bibliografia) sem encontrar a faca sociológica que reparte esse povo em grupos e antagonismos de classe.

O *Mundo Ouro* (capítulo 5) é um ponto de virada do livro ao atar o nobre metal e o *sertão*, dois lugares maiores da brasilidade. Neste capítulo Rubem produz um texto que encerra o livro como uma teoria filosófica da formação barroca do Brasil, uma vez que a

antítese dos nadas originais se completou: há ali língua dominante, religião, cidades, cultura de elite e o que mais se quiser. Se o livro terminasse neste ponto, teríamos um verdadeiro triunfo do argumento. Como o projeto, no entanto, sempre foi chegar ao agora - a filosofia teve de dar lugar a um ajuste de contas com a história e a sociologia política brasileiras. Por isso mesmo eis que o episódio de Canudos, no capítulo sexto, é magistralmente mobilizado para reafirmar a potência e a derrota de um povo, expresso na tensão nunca resolvida entre o Império e a República. Um Império já eivado de romantismo tentando legar e afirmar um liberalismo que a República não pode administrar por muito tempo dando lugar a Vargas. Não li nas páginas que refletem sobre o século XX qualquer argumento novo para equacionar a invenção do Brasil pelo povo, aliás, este some como protagonista e é encoberto por hibridações que o inquieto pensamento de Rubem Barboza lança mão, como, por exemplo, um estranho *povo rizomático*, subproduto conceitual de suas leituras Deleuze. É uma ideia (ou seria uma mera imagem?) que não se parece nada com um povo potente e capaz de postular uma sociedade. Rizoma remete a uma distribuição sem centro? Relações de horizontalidade? Confesso que não entendi, com certeza por falha minha. Seria mais fácil dizer, como Faoro, que o povo não conta, mas é justamente a isso que Rubem Barboza não quer capitular.

O fato é que o povo brasileiro descrito por Rubem Barboza, em sua crônica dependência de carisma, encontrou no século XX a democracia juntamente com o *populismo*, mas seja à direita ou à esquerda, nenhuma das duas vias lhe serve. O vigor da teoria inicial do livro é então drasticamente mitigado quando o autor se põe uma agenda de imaginações, que tecnicamente são um catálogo social-democrata muito bem comportado, ainda que necessário: educação pública gratuita e obrigatória; refinar o sistema de saúde (o SUS), reformular a segurança pública, cuidar do meio ambiente, revitalizar as cidades como o espaço de convivência. Tudo é para o povo, todavia é por meio do povo? Improvável. Para finalizar, vou marcar uma última questão substantiva. Conduzir o leitor desde as origens do Brasil para concluir que toda a imaginação possível desemboca no enfrentamento realista de fazer políticas sociais, que estão continuamente sendo desmanteladas sob os olhos de todos, recoloca de forma clara que teorias para explicar o mundo, qualquer que seja seu grau de consistência, têm um alcance muito limitado para proposições normativas e menos alcance ainda para orientar intervenções no que, bem ou mal, já está em operação. Rubem Barboza não é o primeiro pensador que, cheio de ideias sobre a natureza do Brasil, passa a compreender que a resistência da vida política não se molda ao que pensamos dela. Como um animal da *polis*, ele já sabia disso e o seu livro o demonstra. No fim o filósofo citou Rosa: “O diabo não há! (...) Existe é homem humano. Travessia”. Uma pena, imaginem o povo barroco vencendo, ainda que momentaneamente, ao diabo! Seria apoteótico e mais adequado à arte, e mesmo à certa filosofia que a imita. Aos céticos e crentes a travessia do lado de cá dos livros é penosa, melhor assim: fica garantido o *pharmacom* quando retornamos aos textos instigantes, como a *Sinfonia Barroca* de Rubem Barboza, que não precisa transformar o Brasil, a menos que se entenda que o primeiro passo para tanto é interpretá-lo.

Referências

BARBOZA FILHO, Rubem. *Sinfonia barroca: o Brasil que o povo inventou*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades 2025.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000 (reeditado por: Ateliê de Humanidades, 2025).